

Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e Entorno: Processo de Inventariação da Oferta e da Demanda Turística.

Caio Henrique da Silva Vilas Bôas ¹.

Estudante de Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia- UNEB

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia- FAPESB.

Francisca de Paula Santos da Silva²

Professora-pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia- UNEB

Resumo: Este trabalho traz algumas reflexões sobre a aplicação do modelo de inventariação da oferta e da demanda turística do Ministério do Turismo do Brasil no turismo de base comunitária em bairros populares de Salvador-Bahia. Trata-se de um projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia- FAPESB em parceria com a Universidade do Estado da Bahia-UNEB, que visa sensibilizar e mobilizar as comunidades para um outro turismo, aqui denominado por turismo de base comunitária. Todas as informações apresentadas foram extraídas de pesquisa bibliográfica e de gabinete, além de conhecimento adquirido nas comunidades por meio de rodas de conversa e participação ativa das pessoas que ali vivem. Constatou-se a inaplicabilidade dos instrumentos de coleta de dados e informações num contexto de bairros populares.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Inventariação; Rodas de Conversa.

INTRODUÇÃO

¹Graduando do 6º semestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Estado da Bahia, experiência com monitoria de extensão, ex coordenador do Departamento de Hotelaria da Empresa Júnior Rota Eventours, pesquisador-bolsista de iniciação científica pelo CNPq (2010), FAPESB (2011) e UNEB (2012).Email: caio,vilasboas@hotmail.com

²Pós-doutora e doutora em Educação, mestre e especialista em administração, e graduada em turismo e administração. Email:fcapaula@gmail.com

O Brasil apresenta disparidades sociais que atravessaram os séculos, desde a sua gênese até os dias atuais, ainda que dados apontem para a diminuição da pobreza no país, a desigualdade social caiu de 30% para 9% em dez anos, esta queda é atribuída às políticas assistencialistas que reforçaram um novo paradigma na gestão pública, a solidariedade. Os valores dos benefícios pagos variam de R\$70,00 à R\$ 306,00, para famílias com renda mínima de até R\$70,00 por pessoa, o que não é de fato suficiente para o sustento dessas famílias, afora isso, ao contrário da falácia elitista, pesquisas indicam que as famílias com incentivo de programas de auxílio monetário aumentam sua participação ativa no mercado de trabalho. Porém, a análise da situação das vidas dessas pessoas que “saíram” da pobreza nos leva à reflexão sobre se isso de fato aconteceu. A desigualdade social vai além do acesso ao dinheiro, inclui-se aí o acesso à educação, cultura e lazer, condições que impossibilitam uma inserção justa das pessoas afetadas na sociedade capitalista em que vivemos. (PORTAL DO PLANALTO, 2012).

Diante das disparidades sociais, faz-se necessário o surgimento de alternativas que viabilizem o aumento da renda, o acesso à educação, ao lazer e ao turismo, para todos os brasileiros.

Este panorama nacional é semelhante ao visto na Bahia, onde, marcadamente, os bairros populares são atingidos. No exercício de sua função social, a Universidade do Estado da Bahia- UNEB, localizada no miolo de Salvador, conforme Rosali Fernandes (2003) em sua tese de doutorado que defende a posição geográfica do bairro Cabula que é desconsiderada enquanto “centro” da cidade de Salvador, tem no seu entorno, populações marginalizadas, vem estreitando as relações com estas comunidades. Dentre outras ações, esta instituição apoia o projeto Turismo de Base Comunitária na região do Cabula e entorno - TBC, que articula pesquisa à extensão nos bairros, visando o cooperativismo, a economia solidária, turismo de base comunitária e a criação de uma operadora de receptivo.

Tal projeto adota a metodologia participativa com e nas comunidades dos bairros Cabula, Beiru/Tancredo Neves, Pernambués, Mata Escura, São Gonçalo, Arraial do Retiro, Resgate, Jardim Santo Inácio, Estrada das Barreiras, Fazenda Grande do Retiro, Engomadeira, Saramandaia, Saboeiro, Naranjiba e Doron. De modo que todos sejam protagonistas do processo que envolve discussões e reflexões feitas junto aos moradores das comunidades, para que haja empoderamento social e político dessas pessoas, a

valorização da cultura comunitária, a sabedoria dos moradores mais antigos, a dinâmica comunitária representada pelos saberes, sabores e fazeres dessa gente, são acima do valor financeiro desta atividade complementar da renda dos envolvidos. Este é o maior legado que a Universidade enquanto gestora da educação superior poderia deixar para estas comunidades.

No que se refere à sensibilização para o turismo de base comunitária surgem algumas etapas necessárias como: a conscientização da comunidade acerca do potencial turístico do lugar onde vivem; a elevação da auto estima de pessoas que são depreciadas diariamente pela mídia sensacionalista; a elaboração de roteiros com e nas comunidades recortando os lugares que as comunidades considerem potencialmente turísticos. Assim sendo, este trabalho está organizado incluindo a Introdução, Turismo Convencional versus Turismo de Base Comunitária, Planejamento Turístico e Metodologia de Inventariação, Metodologia Participativa de Mapeamento Turístico e Considerações Finais.

TURISMO CONVENCIONAL VERSUS TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A palavra *tour* é de origem francesa e significa volta, segundo Arthur Haulot esta tem origem no hebraico *tur* que surge na bíblia significando uma viagem de reconhecimento. Não há uma data específica ou mesmo período histórico exato em que possa se afirmar que o deslocamento de pessoas, a exemplo dos povos nômades no período Paleolítico, deixou de ser um fator de sobrevivência e passou a ser caracterizado como um ato embrionário de turismo. No período Renascentista, entre o século XIV e XVII, a melhoria da produtividade da agricultura e o renascimento das cidades, a expansão do comércio e das atividades econômicas, a exploração global e as descobertas européias, o desabrochamento das artes e da literatura, e o começo da moderna ciência, representou a quebra do domínio da religião e encorajou a satisfação pessoal e o desejo de explorar e de entender o mundo, Inskeep (1991:4). Com as mudanças ocorridas na economia e na sociedade global na Revolução Industrial, do século XVII, e o posterior do aumento da massa populacional urbana que migrava da zona rural em busca de melhorias na qualidade de vida e emprego, assim como a implementação nos sistemas de transporte aéreos e ferroviários à vapor no século XIX,

o turismo começou a delinear-se da forma como a conhecemos hoje, tendo como principais modalidades: Termalismo, deslocamento motivado pelos balneários de águas termais; Cassinismo, motivado pelos jogos de azar, em Mônaco, por exemplo, houve implementação hoteleira e econômica advinda desta modalidade; Paisagismo, que surgiu como uma tentativa de turismo feita pela burguesia em ascensão que tentava partilhar dos hábitos da nobreza, até então única classe que praticava de fato o turismo, com alugueis de casas campestres ao verão; e, por último, o Montanhismo, viajantes que iam aos Alpes Suíços, por exemplo (REJOWSKI, 2002).

No século XX, as viagens tornaram-se acessíveis para um maior número de pessoas com a implementação dos meios de transporte, financiamentos de passagens, maior aquecimento da economia global, aumento da oferta de destinos turísticos, profissionalização dos serviços, dentre outras facilidades. E no século XXI, vive-se momento de extrema exploração do turismo mercadológico.

Assim sendo, no decorrer da história da humanidade muitos foram os teóricos que se debruçaram em estudos e pesquisas sobre esse fenômeno experiencial chamado turismo, para tentar conceituá-lo e estudar suas implicações, motivações, impactos, e tudo mais que essa atividade abrange, uma vez que está relacionada com todos os outros setores da vida e da dinâmica das populações visitantes e visitadas. São muitas as definições dadas à atividade turística, que seguem linhas de raciocínio que levam em consideração as aspirações, formações e contexto histórico-cultural de seus autores.

Uma das primeiras definições de turismo foi dada pelos suíços Hunziber e Kraft, em 1942, entendido como o conjunto de fenômenos e relações produzidas pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu local de domicílio, desde que esses não tenham sido motivados por uma atividade lucrativa (*apud* SCHREINER, 2004). De acordo com Wahab:

O turismo é uma atividade humana internacional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre os povos, tanto dentro como fora de um país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões ou países, visando a satisfação de outras necessidades que não a de atividade remunerada. (WAHAB, 1972).

Numa visão macro do turismo, alguns teóricos tentam abranger quase todas as dimensões que este fenômeno tão complexo pode alcançar, é o caso de J.I. Arrillaga, por exemplo, que afirma ser o turismo um fenômeno de interação entre o turista e o

núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação, fenômeno este que seria interdisciplinar que não é formada apenas pelos viajantes e pelos serviços e produtos consumidos, sugerindo que entre visitantes e visitados acontece uma série de relações e fatos de origem cultural, social e até mesmo política (ARRILLAGA, 1976, p. 25 *apud* BARRETTO, 1999, p. 47-48). Em 1988, Bacal formula um conceito que aponta para as tendências mercadológicas modernas de atendimento ao turista quando diz ser o turismo um conjunto de atividades realizadas nas viagens, que visam o posterior retorno do viajante, considerando-se o consumo que ali haja de bens e serviços orientados para a total satisfação do turista. Numa visão mais holística, Jafar Jafari, afirma que o turismo:

É o estudo do homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômicos e sócio-cultural da área receptora. (JAFARI, 2000 *apud* BENI, 1998).

Depois de anos de estudos e de direcionamento quase que integralmente mercadológico, na perspectiva turística em âmbito acadêmico e científico, tem-se o conceito mundialmente aceito e adotado pela Organização Mundial do Turismo- OMT que diz respeito ao turismo como conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001). Essa visão otimizadora de mercado, tecnicista e superficial é um reflexo da dinâmica capitalista sobre os setores sociais, mesmo sendo este setor um complexo de atividades que impacta muito mais nas dinâmicas sociais das comunidades visitadas do que na estrutura econômica da maioria dessas pessoas, quando o turismo é valorizado apenas enquanto atividade econômica há uma inversão de valores, e aquele lugar que deveria ser tão bom para se viver que atrai o turista passa a ser um cenário montado e maquiado para passar uma sensação que muitas vezes não condiz com a realidade de quem vive no destino visitado. Sob esta ótica, percebe-se que a insatisfação que este tipo de atitude perante o turismo causa na população local influi diretamente na qualidade do serviço, outros aspectos como segurança e saneamento básico, são fatores que fazem com que o turismo entre em um processo de autofagia e a atividade que é vista nos dias atuais como a salvação econômica das nações em desenvolvimento, torne-

se um produto pasteurizado e de pouca variabilidade. Vale lembrar que para fins jurídicos segundo a legislação brasileira:

A Política Nacional de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável (BRASIL, 2008).

Com as recentes reflexões a respeito de conceitos como sustentabilidade, economia solidária, cooperativismo, e a crescente preocupação com a conservação ambiental, estudiosos do turismo identificaram e ainda tentam formular metodologias que impactem o menos possível a vida e a dinâmica das comunidades visitadas, possibilitando que algumas vertentes do turismo apareçam no decorrer dos tempos numa tentativa de integração à economia moderna e diminuição das desigualdades sociais. Dentre estas, o Turismo de Base Comunitária, que como próprio nome implica, leva em consideração a vocação, a potencialidade e o desejo da comunidade. Entende-se aqui comunidade como rede social interligada que trabalha e sobrevive de forma árdua, driblando e vencendo os desafios que a marginalização advinda do capitalismo lhes impõe.

Desta forma entende-se o Turismo de Base Comunitária – TBC como atividade em que a comunidade é sujeito de seu próprio avanço, participando desde a concepção do turismo até seu desenvolvimento e gestão, considerando a complexidade, a diversidade e as realidades locais (ZAUOAL, 2008). O TBC tem como público-alvo, em sua maioria, pessoas com grau elevado de escolaridade geralmente vindas do exterior, de outras comunidades, vizinhas ou de outras cidades, que queiram interagir e trocar experiências com a comunidade receptora, e, moradores da própria localidade que muitas vezes não conhecem a profundidade e a riqueza das dinâmicas culturais daquela comunidade.

É importante salientar que o TBC não se constitui em fonte de renda exclusiva da comunidade, é apenas uma implementação na renda, os lucros maiores dizem respeito a auto estima da comunidade, preservação da história e da cultura local, integração social entre moradores e conscientização política que a prática e a observação proporcionam à comunidade visitada e visitante.

Doravante, faz-se necessário explicitar que o TBC é muito mais uma forma diferente de fazer turismo do que uma vertente do turismo, da forma como é entendido o turismo e

principalmente o turismo de massa capitalista, uma vez que a atividade econômica é totalmente subsidiada por princípios de economia solidária e preço justo, que não visam a exploração do capital como finalidade única do turismo, contrapondo-se ao conceito mercantilista proposto pela entidade reguladora do turismo no mundo a OMT, que diz ser o turismo uma atividade de deslocamento de pessoas fora de seu local de convivência, e que restritamente envolve o consumo dos “produtos” do local.

Esses podem ser entendidos como as atividades de hotelaria, restauração, guiamento, dentre outros, mas também podem significar os saberes populares, as crenças, o modo de vida, os patrimônios culturais e históricos, o que, na visão do TBC, não é mera mercadoria, faz parte da vida das pessoas que ali vivem que não devem ser vendidas como produtos, indiscriminadamente, desconsiderando os dogmas e valores que as pessoas ali presentes cultivaram e preservaram durante gerações, e que são essenciais para a manutenção da harmonia e do equilíbrio entre a comunidade com ela mesma, e dela para com o meio externo.

Esta distinção entre turismo convencional e o turismo de base comunitária se dá na prática da atividade, que deve ser pensada coletivamente, colaborativamente e cooperativamente para que supere senão minimize os impactos sociais e culturais negativos. Neste sentido, o planejamento poderá ser uma das ferramentas fundante para o êxito das comunidades envolvidas no processo.

PLANEJAMENTO TURÍSTICO E METODOLOGIA DE INVENTARIAÇÃO

Segundo Francisco de Sousa Brasil (1976), “planejamento é a seleção dos meios mais eficazes – estratégia – para obtenção dos fins – política – programados”. Desta forma percebe-se que o planejamento do turismo deve ter participação das diversas áreas que o compõe para que todas possam conviver harmoniosamente. Ainda sobre planejamento, Bissoli (2001) afirma que, “o processo de planejamento da atividade turística exige estudos muitas vezes longos e onerosos, com a participação de equipes multidisciplinares e totalmente integrada”.

Essa multiplicidade de olhares é dirigida a uma localidade multiplamente formada, significa dizer que leva em consideração aspectos como infra-estrutura do local, saneamento básico, disposição de energia elétrica, água potável, pavimentação,

qualidade de vida, segurança, níveis de escolaridade das pessoas que lá vivem, grau de preparação das mesmas para a prestação de serviços assim como especializações que a prestação de serviços turísticos exige, como segundo idioma, por exemplo, cultura, política e todos os outros setores formadores daquela sociedade.

Toda essa investigação tem por objetivo, teoricamente, saber como vivem aquelas pessoas ali locadas e saber se aquele espaço tem capacidade de receber uma demanda flutuante de turistas. Desta feita, o planejamento deve ser encarado sob dois prismas, um como ação social, no sentido de que é direcionado para a comunidade; e outro racional, uma vez que é um processo que tende a estabelecer-se afirmando uma série de decisões com alto grau de racionalização.

O processo de planejamento do turismo teve início na França no final dos anos de 1940 e no início dos anos de 1950, mais ou menos no mesmo período, a Espanha acompanha a tendência do planejamento ao tempo que criava o Ministério de Informação e Turismo:

O planejamento formal do turismo, por parte dos países, teve início na França, com a elaboração do primeiro plano quinquenal de equipamento turístico, para o período de 1948 a 1952. Outro país pioneiro em planificar o turismo em âmbito nacional foi a Espanha, em 1952, ao mesmo tempo em que criava o Ministério de Informação e Turismo. Ao longo da década de 60, o planejamento turístico foi se generalizando na maioria dos países europeus com vocação e interesse turístico; e, na década de 70, estendeu-se a outras regiões começando também a generalizar-se na América Latina. (ACERENZA, 1977).

No Brasil, data de 1979, o primeiro projeto de identificação do espaço turístico, este processo se deu através da inventariação: “inventariar significa registrar, relacionar, contar e conhecer aquilo de que se dispõe e, a partir disso, gerar informações para pensar de que maneira se pode atingir determinada meta” (BRASIL, 2004, p.11). As metas e objetivos traçados são descritos no Projeto Inventário da Oferta Turística, BRASIL (2006), dentre eles destacam-se:

- Formatar e implementar uma metodologia única para a inventariação da oferta turística no País;
- Permitir a análise do significado econômico do turismo e seu efeito multiplicador no desenvolvimento municipal; e
- Possibilitar a hierarquização e priorização dos atrativos e conjuntos existentes.

Os projetos iniciais de inventariação do Brasil foram todos importados de uma realidade Norte Americana, e posteriormente espanhola, as adequações que ocorreram a seguir com a criação do Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, de 1994, não se levou em consideração os diferentes contextos do Brasil. Neste caso, a adoção deste modelo importado, sendo aplicado noutra realidade, configurou-se invasivo e paradoxalmente evasivo às questões conflitantes e referentes à comunidade. O inventário proposto para a municipalização do turismo brasileiro falha no momento em que vê a comunidade como objeto de pesquisa apenas, não valida as experiências de vida na dinâmica daquela localidade.

Percebe-se que seguindo a dinâmica capitalista vigente, termos como desenvolvimento são utilizados levando-se em consideração apenas os aspectos e impactos econômicos da atividade turística, apesar de abranger em seus questionários os aspectos culturais, gastronômicos, ambientais dentre outros, deixando-se de lado a sustentabilidade tão pretendida quanto necessária numa aplicação de atividade turística que não pretenda findar-se em si mesmo num movimento de autofagia.

Quando a proposta é a disseminação do turismo em bairros, como a pretendida pelo Projeto Turismo de Base Comunitária na região do Cabula e Entorno-TBC a aplicabilidade da metodologia de inventariação em vigor mostra-se ineficiente e ineficaz, mesmo depois da tentativa de adaptação para uma realidade que condizesse com as vividas em bairros, a equipe percebeu que seria extremamente oneroso, demandaria tempo e mão-de-obra, ofereceria riscos por falta de segurança, dentre outras dificuldades. Além de mostrar-se completamente invasivo e avesso às práticas existentes na comunidade.

Com base nestas reflexões, desenhou-se uma metodologia participativa de mapeamento turístico que não gerasse impactos, conflitos e resistências por parte das comunidades, levando-se à adoção das rodas de conversa como meio de levantamento de dados e informações.

METODOLOGIA PARTICIPATIVA DE MAPEAMENTO TURÍSTICO

Inicialmente, a equipe multidisciplinar do projeto TBC Cabula, fez a adequação dos formulários padronizados pelo Ministério do Turismo para inventariação turística dos municípios, tentando adaptá-los a uma realidade de comunidades de bairro. Percebeu-se que não havia possibilidade de aplicação deles, principalmente pelo seu caráter extenso e invasivo com perguntas que deixariam as pessoas desconfiadas e inseguras. Lembrando que nos contextos destas comunidades há presença de representantes políticos que cooptam lideranças; presença de gangues do tráfico de drogas; dentre outras mazelas que poriam em risco a segurança dos entrevistadores, mesmo tendo a presença de bolsistas do projeto TBC Cabula da comunidade contemplados pela FAPESB.

Assim, a partir de uma decisão coletiva dos pesquisadores, bolsistas de iniciação científica, bolsistas da comunidade e voluntários articuladores dos bairros, começou-se a pensar em uma forma diferente de “inventariação” que contemplasse a comunidade não apenas como objeto de estudo, mas que contasse com a participação das pessoas envolvidas no principal processo que a atividade turística pressupõe. Os gestores que no caso do turismo de base comunitária são a própria comunidade, toda e qualquer forma de imposição hierarquizada iria de encontro à filosofia da equipe inteira que sempre primou pela participação de todos nas discussões e formulações dos métodos de pesquisa, isso não poderia, em hipótese alguma ser diferente para com a comunidade que é parceira do projeto desde sua gênese, que ajudou na articulação do projeto com as comunidades e nos debates a cerca de qual metodologias seriam adequadas ao processo de imersão na comunidade.

Desta forma a metodologia de “inventariação” deveria fazer valer o caráter de pesquisa e extensão do projeto, onde conhecimentos acadêmicos e comunitários confluíssem para o entendimento da dinâmica comunitária e da sua potencialidade turística. As atividades e reflexões nos levaram a dividir a atividade em dois momentos:

a] dedicado ao diagnóstico por meio de pesquisa em órgãos públicos, sites, bibliotecas e arquivos públicos com o intuito de coletar o máximo de informações possíveis a respeito dos bairros contemplados pelo projeto, essas informações dizem respeito a infraestrutura; taxas de natalidade e mortandade; saneamento básico; taxa de emprego;

habitação; disposição de serviços básicos tais como posto médico, escolas; associações de bairro; limpeza e higienização das vias públicas; vias de acesso; transporte; dentre outros.

A parte de pesquisa otimizou os resultados obtidos e despendeu menos tempo e custos do que o levantamento feito pela aplicação de formulários. Alguns órgãos públicos apresentaram resistência no atendimento dos pesquisadores e divulgação das informações requeridas mas, via de regra, conseguiu-se obter os dados necessários à “inventariação” turística.

b) realização de rodas de conversa e construção de roteiros com e nas comunidades. Essa atividade foi feita com a participação de diversos segmentos da comunidade com artesãos; líderes comunitários; cozinheiras; crianças; adultos; idosos, importantes guardiãs da história, e do patrimônio comunitário; professores; dentre outros.

O processo se deu por meio de conversa inicial com a comunidade a respeito do entendimento da mesma a respeito da atividade turística, audição das experiências da comunidade com o turismo e relato do cotidiano. Na sequência, a explanação por parte da equipe a respeito do projeto TBC Cabula, e ligação dos conteúdos e das práticas acadêmicas com o cotidiano dos envolvidos na roda de conversa. E por fim, a elaboração de roteiros turísticos e eleição de pontos potencialmente atrativos na comunidade, o sentido de atrativo turístico, patrimônio cultural e identidade comunitária foram mesclados e adaptados à realidade dos bairros, as histórias, os valores e a dinâmica que fazem parte do cotidiano daquelas pessoas.

Dessa forma deu-se início ao processo de “inventariação” nos bairros, ou melhor o mapeamento turístico participativo com pesquisas preliminares e rodas de conversa com e nas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inventariação da oferta e da demanda turística possibilitou que a equipe conhecesse melhor a comunidade e que a comunidade se visse com outros olhos, foi um processo importante para o começo das ações que estão, e sempre estarão em andamento, na medida em que ajuda a desestigmatizar as comunidades, vistas como apenas violentas e periféricas. Fez com que se conhecesse quase tudo, o que a

comunidade produz, os saberes populares passados de geração em geração, as iniciativas comunitárias para driblar as adversidades geradas pela má gestão pública desses lugares; o domínio e alguns vereadores exercem sobre essas pessoas ao tempo em que elegem grupos que serão beneficiados com os bens e serviços públicos que deveriam ser de acesso à todos independente de sua filiação política; os limites que o tráfico impõe, a todo e qualquer tipo de ação na e/ou da comunidade, a forma de ação da polícia nas comunidades; os dramas pessoais e sociais vividos na comunidade; as tradições da comunidade; a resistência à padronização imposta pelo capitalismo e pela sociedade de consumo, as estratégias inusitadas e criativas da comunidade para apresentar-se como diferencial no mercado, como por exemplo o restaurante de D. Leda que oferece ao consumidor após a refeição mimos como bombons e cafezinho sem a cobrança de um preço, um negócio visivelmente familiar que acontece dentro de um ambiente higienizado mas que não perdeu a característica da espontaneidade comunitária. O acolhimento da comunidade é muito caloroso, percebe-se uma hospitalidade nata, o bem receber faz parte das vidas dessas pessoas tão massacradas pela mídia, como se fossem um espelho da situação em que a gestão pública lhes faz viver, o esgoto a céu aberto, a má iluminação à noite ou mesmo a violência que nela existe.

As atividades e programações no turismo de base comunitária seguem um roteiro desenhado pela comunidade de forma a não criar um cenário, fazendo o turista participar da realidade que aquela comunidade experimenta todos os dias, e que infelizmente no Brasil, e mais especificamente na Bahia, é estereotipada, como unicamente violenta, as mídias de massa parecem se esforçar ao máximo em destruir a auto estima dos moradores de bairro popular, fragmentando o que poderia vir a ser uma organização unida que lutasse pelos interesses em comum das pessoas que compartilham daquela delimitação geográfica que ultrapassa os limites cartesianos e reducionistas, muitas vezes ressignificando relações de troca da comunidade para com ela mesma e desta para com o meio externo.

No espaço urbano, além da especulação imobiliária, tráfico de drogas e relações de poder paralelo até mesmo com a própria polícia, existe um verdadeiro processo de alienação de massa que faz com que a fragmentação política dificulte ainda mais as incursões do TBC nas comunidades, a criação de currais eleitorais por parte de

vereadores e associações de moradores que se filiam à eles- observa-se um processo de seleção que segue uma dinâmica de afinidades políticas, dentro das próprias comunidades que reforça a idéia de que nem tudo que está na comunidade é comunitário (LEIRO, 2012). Assim sendo considera-se que a atividade alcançou o objetivo pretendido na medida em que coletou dados e informações importantes à atividade de planejamento turístico e identificou junto às comunidade os atrativos turísticos de que as mesmas dispunham para que fosse exercida a atividade turística de forma justa, sustentável e comunitária.

Referências

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2001.

BENI, M.C.: **Análise estrutural do Turismo**. 10ª ed.- São Paulo: Senac, 2004.

BISSOLI, Maria Angela Marques Ambrizi. . **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. 2. ed. São Paulo: Futura, 2001

BRASIL, EMBRATUR. **Inventário da Oferta Turística: Metodologia**. Brasília: EMBRATUR, 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estratégia de Gestão do Inventário da Oferta Turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 de setembro de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

Confederação Nacional de Turismo: Disponível em: <<http://www.cntur.com.br/oturismo.html>> Acesso em 24/07/2012

DARINA, Alesandra Drumond Lopes. **O inventário da oferta turística como fonte de informação para o planejamento local e a atividade turística: um estudo do circuito de villas e fazendas de Minas.** 2006.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 1998.

FERNANDES, Rosali Braga. **Las políticas de la vivienda en la Ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular en el caso del Cabula.** Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

FERREIRA, Victor Henrique Moreira. **Teoria Geral do Turismo.** Palhoça: UnisulVirtual, 2007.

IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. . **Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2000.

Instituto de Pesquisa da Economia Aplicada: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1229:reportagens-materias&Itemid=39 Acesso em 04/08/2012

LEIRO, J, M, T. [carta] 27 jul. 2012, Salvador, BA [para] VILAS BÔAS, C, H, S. Salvador, BA. 1f. Sobre reuniões preliminares à imersão do grupo TBC nas comunidades.

Ministério do Desenvolvimento Social: Disponível em:< Ministério do Desenvolvimento Social: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/valores-dos-beneficios>> Acesso em 04/08/2012

PINTO, Débora BerónD. **Inventariação Turística: por um modelo de superação metodológica.** Defesa em Julho de 2006. Mestrado em Turismo. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS. 2006

Portal do Planalto: Disponível em:<<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/noticias-de-governo/pais-reduz-indice-de-pobreza-de-30-da-populacao-para-9-em-10-anos-revelam-dados-do-governo>> Acesso em 16/06/2012

REJOWSKI, Mirian (org.): **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002.

VIEIRA. M. Planejamento Estratégico e o Alinhamento da Polícia Militar com o Futuro: Um Estudo Exploratório. Florianópolis: UNISUL, 2001.